

Fernanda Rodrigues de Miranda
Marcello Felisberto Morais de Assunção
(Orgs.)

Pensamento afrodiaspórico em perspectiva

Abordagens
no campo da
História e
Literatura

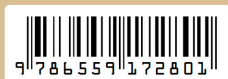


Volume 1
História





A colonialidade do saber estruturou a construção dos campos disciplinares nas sociedades marcadas, na primeira e segunda modernidade, pelo domínio econômico, político e cultural dos “centros” sobre as “periferias”. Este processo, como afirma uma vasta bibliografia, não pode ser entendido meramente sobre um olhar que se restrinja à dados econômicos, mas também está umbilicalmente ligado à forma específica como os sistemas simbólicos e instituições sociais foram moldadas sob a imagem do colonizador. Por isto, não é arbitrário que a História, literatura e as ciências humanas tenham marginalizado por tanto tempo negros e mulheres dos seus respectivos cânones. Os genocídios/epistemicídios do “longo século XVI” foram fundantes para a criação de um lugar epistêmico que instituiu uma falsa universalidade fundada na autoimagem do europeu, branco, masculino e heterossexual. Através de um engenhoso (e maquiavélico) jogo de “espelhos” a Europa formatou a invenção do “outro” para que através da sua suposta subalternidade fosse instituída uma “geopolítica do conhecimento”, ao qual o polo europeu fosse valorizado como legítimo e racional e os “outros” tidos como hierarquicamente “inferiores”. A noção de colonialidade do saber constituída por Aníbal Quijano, e a tradição “decolonial”, é fundamental para pensar como o “novo padrão de poder” instituído com a destruição de um “mundo histórico” nas Américas e do “estabelecimento de uma nova ordem”, fundou-se na racialização oriunda de classificações sociais como o “indígena”, “negro” e “mestiço”.



Pensamento afrodiaspórico em perspectiva

Abordagens no campo da História e Literatura

Volume 1
História

Organizadores
Fernanda Rodrigues de Miranda
Marcello Felisberto Moraes de Assunção



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de (Orgs.)

Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura - Volume 1: História [recurso eletrônico] / Fernanda Rodrigues de Miranda; Marcello Felisberto Morais de Assunção (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

345 p.

ISBN - 978-65-5917-280-1

DOI - 10.22350/9786559172801

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Afrodiaspora; 2. História; 3. Literatura; 4. Filosofia; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Apresentação

Indisciplinando o cânone: pensamento afrodiaspórico e a colonialidade no campo historiográfico e literário ¹

Fernanda Rodrigues de Miranda ²
Marcello Felisberto Morais de Assunção ³

1. Introdução

A *colonialidade do saber* estruturou a construção dos campos disciplinares nas sociedades marcadas, na primeira e segunda modernidade, pelo domínio econômico, político e cultural dos “centros” sobre as “periferias”. Este processo, como afirma uma vasta bibliografia, não pode ser entendido meramente sobre um olhar que se restrinja à dados econômicos, mas também está umbilicalmente ligado à forma específica como os sistemas simbólicos e instituições sociais foram moldadas sob a imagem do colonizador. Por isto, não é arbitrário que a História, literatura e as ciências humanas tenham marginalizado por tanto tempo negros e mulheres dos seus respectivos cânones.

Os genocídios/epistemicídios do “longo século XVI⁴” foram fundantes para a criação de um *lugar epistêmico*⁵ que instituiu uma falsa

¹ Inicialmente este projeto seria realizado em um único volume, mas por questões técnicas decidimos dividir em dois. Entretanto, sabemos dos limites desse tipo de divisão disciplinar que é mesmo avessa à própria proposta transdisciplinar que buscamos divulgar nesses livros. Concebemos, no entanto, que demos um primeiro passo para viabilizar outros diálogos comparados entre estes campos de um ponto de vista decolonial e afrodiaspórico.

² Professora adjunta de Estudos literários na Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (Unifesspa), Doutora, Mestra e Bacharela em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Fernandaromira@gmail.com

³ Professor Adjunto de Educação e Relações Étnico-Raciais (UFRGS). Pós-doutor em Letras e Línguas Vernáculas (DLCV-USP). Graduação, mestrado e doutorado em História (UFG). Especialista em História Intelectual Atlântica, Teoria da História e Relações-Étnico-Raciais. marcellofma@gmail.com

⁴ Ramón Grosfoguel, fundamentado na leitura de Enrique Dussel, expõem que no decorrer do “longo século XVI” (1450-1650), se formataram pelo menos quatro genocídios/epistemicídios que foram fundantes para o novo padrão de poder na modernidade, a saber: “1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”; 2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; 3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e 4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento o indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas” (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).

⁵ Sobre o conceito de *lugar epistêmico*, ver: BARBOSA (2018).

universalidade fundada na autoimagem do europeu, branco, masculino e heterossexual. Através de um engenhoso (e maquiavélico) jogo de “espelhos” (FONTANA, 1994) a Europa formatou a invenção do “outro” para que através da sua suposta subalternidade fosse instituída uma “geopolítica do conhecimento” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL; MALDONADO-TORRES, 2019), ao qual o polo europeu fosse valorizado como legítimo e racional e os “outros” tidos como hierarquicamente “inferiores”. A noção de *colonialidade do saber* constituída por Aníbal Quijano, e a tradição “decolonial⁶”, é fundamental para pensar como o “novo padrão de poder” instituído com a destruição de um “mundo histórico” nas Américas e do “estabelecimento de uma nova ordem”, fundou-se na racialização oriunda de classificações sociais como o “indígena”, “negro” e “mestiço”:

A vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos, maias, astecas, incas, são conhecidos por todos) do mundo conquistado foi de liberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória, “índios”. Assim, além da destruição de seu mundo histórico-cultural prévio, foi imposta a esses povos a ideia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder. E pior, durante quinhentos anos lhes foi ensinado a olhar-se com os olhos do dominador. De modo muito diferente, mas não menos eficaz e perdurável, a destruição histórico-cultural e a produção de identidades racializadas teve também entre suas vítimas os habitantes seqüestrados e traídos, do que hoje chamamos África, como escravos e em seguida racializados

⁶ Importante mencionar os diversos paralelos entre as reflexões de QUIJANO (2005) com uma tradição afrodiáspórica e terceiro-mundista que detém como genealogia autores como o próprio Frantz Fanon à uma Sylvia Winter. Estamos, portanto, de acordo com os autores do livro “Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; RAMÓN, 2019) que afirmam que a teoria decolonial sistematiza uma série de reflexões já latentes na já referida tradição dos “condenados da terra” (terceiro-mundista e negra), sendo que autoras como a própria Wynter já propunham de forma bastante estruturada elementos análogos ao próprio Aníbal Quijano, ver: WYNTER (1995; 2003). Neste livro de BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; RAMÓN (2019) encontram-se também uma série de reflexões que detém uma forte sinergia com as reflexões que fazemos aqui sobre cãnone, decolonialidade e pensamento afrodiáspórico, ver também: BERNARDINO-COSTA (2017; 2018).

como “negros”. Eles provinham também de complexas e sofisticadas experiências de poder e de civilização (ashantis, bacongos, congos, iorubas, zulus etc.). E embora a destruição daquelas mesmas sociedades tenha começado muito mais tarde, e não tenha alcançado a amplitude e profundidade que alcançou na América (“Latina”), para esses seqüestrados e arrastados para a América, o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias (QUIJANO, 2005, p. 17).

Portanto, a ativa racialização das relações de poder é um fator estruturante para que o padrão de poder iniciado desde a primeira modernidade se perpetue de tal forma que ainda é complexo falar de “intelectuais” no interior da universidade sem imaginar este referido padrão “universal”. Entretanto, estes padrões de racialização não são só impostos pelo alto, pois, há historicamente resistências. O mapeamento do pensamento afrodiaspórico por meio de trajetórias intelectuais, produções culturais, literárias, associações e clubes negros, permite cartografar as diversas formas de resistências à estas imposições do “alto”. A teoria decolonial por vezes estabeleceu seu foco estritamente nas formas de *colonialidade do poder* e deixou à margem as formas de resistências à estas imposições por meio de “*analíticas da colonialidade*”⁷.

Por isso, concebemos que o estudo do pensamento afrodiaspórico, no campo literário e historiográfico, permite desestabilizar os cânones reconstruindo a história intelectual e a historiografia literária sob outras bases. Os textos deste livro buscam estabelecer, de diversas maneiras e perspectivas, a conexão entre o pensamento afrodiaspórico, em suas

⁷ No livro “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” Nelson-Maldonado Torres (2019), propõe o conceito de *analítica de colonialidade* para analisar as diferentes formas discursivas de resistência ao processo de desumanização oriundo da “colonialidade do saber/ser” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 31).

diversas nuances, e este processo complexo de desconstrução-resistências ao “colonial”. Essa “desconstrução” está fundada no confronto ativo às formas aos quais o campo intelectual instituiu uma “disciplinarização” fundada em uma autoimagem que expressa *um lugar epistêmico* associado à um restrito “hall” de autores que manifestam através de certos falsos universalismos uma *geopolítica do conhecimento* e um certo ordenamento da “razão” que é profundamente limitado no que tange a produção crítica e plural do conhecimento.

Não pretendemos abordar todas as inúmeras possibilidades de desconstrução disciplinar, por meio de formas “indisciplinadas” de produção de conhecimento no âmbito das ciências humanas, mas abordar através do olhar específico da história e da literatura (assim como as suas interlocuções) como foram construídos esses campos de produção e como o olhar e o pensamento afrodiaspórico (em particular de um ponto de vista “ame-africano⁸”) podem ser fundamentais para uma verdadeira indisciplina epistemológica.

2. Por uma descolonização do cânone historiográfico: Pensamento afrodiaspórico e ética da historicidade

A formação da História disciplinar no oitocentos tem como um dos seus fundamentos a constituição de uma noção de tempo linear e cronológico que constituiu um “código” (para usarmos a feliz expressão de Seth Sanjay), fundado no referente europeu, que é incapaz (não em razão da sua “competência técnica”, mas por um “olhar” colonizado) de desvendar “histórias não-ocidentais” (SANJAY, 2013; CHAKRABARTY, 2008), e, diríamos também à complementar: histórias negras, não-brancas, não-masculinas e não-heteronormativas.

⁸ Nós referimos aqui a categoria de “amefricanidade” cunhada por Lélia Gonzalez. Para uma análise deste conceito ver o texto de GONZALEZ (1988) e o capítulo oito deste mesmo livro ROZA; ROZA (2021).

Este provincianismo, disfarçado de universalidade, foi construído desde as filosofias da história, à exemplo da escola escocesa com a invenção do atraso do “outro” por meio da noção de “modos de subsistência” (FONTANA, 1994), até à franca disciplinarização da História em sua identidade disciplinar moderna por meio do modelo do historicismo alemão que se reproduziu como paradigma por excelência nas universidades de diversos países ao longo do século XIX e XX⁹. A própria divisão quadripartida (História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea), herdada do pensamento renascentista, expressa como a história disciplinada foi constitutiva de um molde que reproduziu uma *geopolítica do conhecimento* centrada em uma perspectiva etnocêntrica/eurocêntrica¹⁰.

Em razão desse centramento do “ego europeu¹¹”, a História em sua forma moderna, em consonância com o pensamento filosófico moderno, excluiu a “espacialidade” e a “corporeidade” como elementos constitutivo de historicidade e da objetivação do sujeito objetivante (mesmo no interior de subcampos metateóricos como a história da historiografia e teoria da história), constituindo uma verdadeira “colonização do tempo”, como reitera Nelson-Maldonado Torres:

⁹ Entre tantas referências sobre o tema da institucionalização da história disciplinar, ver: IGGERS (1995); FALCON (2002); MARTINS (2002); VARELLA (2008); AVILA (2016; 2018; 2019), entre outros.

¹⁰ Arthur Lima Avila menciona alguns outros elementos constitutivos na sua institucionalização para além do “ímpeto imperialista” mencionado por Sanjay, a saber: “(...) fruto de um contexto histórico específico, o da formação dos estados-nação, consolidação do modo de produção capitalista e expansão colonialista, e resultado das vitórias políticas de um grupo social específico, a burguesia europeia, a disciplina estaria inevitavelmente sujeita aos impasses lhe colocados pela transformação dos processos que lhe deram origem, não obstante sua tendência a minimizar ou negligenciar essa situação” (AVILA, 2019, p. 16).

¹¹ Referimo-nos aqui a leitura de Enrique Dussel sobre a noção de um auto-centramento advinda da reprodução do mito da modernidade que é constituída a partir da conquista da América e que irá justificar o domínio simbólico e material dos centros sobre as periferias, ver: DUSSEL (1994).

Dir-se-ia que a modernidade implica a colonização do tempo pelo europeu, isto é, a criação de estádios históricos que conduziram ao advento da modernidade em solo europeu. Todavia, os próprios laços que ligam a modernidade à Europa nos discursos dominantes da modernidade não conseguem deixar de fazer referência à localização geopolítica. O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que na maioria das vezes, aqueles que adotam o discurso da modernidade tendem a adotar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica” (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 351).

A noção de “desenvolvimento¹²” é uma das chaves ao qual a história disciplinada irá mobilizar para justificar, seja na forma das já referidas filosofias da história ou do historicismo, uma “colonização do tempo histórico” que irá reproduzir à sua maneira a leitura da modernidade e uma certa noção de historicidade limitada à está mesmo *geopolítica do conhecimento*.

A contínua reconfiguração das classificações sociais sob o signo da “raça” (para lembrarmos de Aníbal Quijano) contou com a História como um dos seus principais instrumentos para o enquadramento de populações colonizadas ou/e sob formas de colonialismo interno em sociedades pós-coloniais marcadas pelos efeitos das “plantations” na população negra e mestiça. A violência anti-negritude advinda de taxinomias societárias (“atraso” e “progresso”), biológicas (as diversas hierarquias internas e exclusões legitimadas pelo cientificismo do fim do século XIX e início das décadas de XX) e culturais (os enquadramentos reducionistas que uma certa antropologia, etnologia e sociologia constituiu sobre as vidas negras)

¹² As noções de “desenvolvimento”, “progresso”, “crise”, “revolução” são evidências para autores ligados à tradição kosseleckiana da experiência radical de aceleração dos tempos históricos nos séculos XVIII e XIX, sendo também índices da constituição do moderno conceito de História e, portanto, da história disciplinada, ver: KOSELECK (2014). Para o caso latino-americano, ver: PADILLA (2008).

foram legitimadas por uma historicidade que excluiu o negro enquanto agente da história e da escrita desta mesma História.

Portanto, a “política do tempo” do historicismo enquadrou as populações racializadas (assim como todos os “outros” construídos nessa grade temporal) na “antessala da história” (seguindo o esquema “primeiro na Europa, depois em outros lugares”), na feliz expressão de Dipesh Chakrabarty (2008, p. 35). Entretanto, esse suposto “privilegio epistêmico ocidental” (SANJAY, 2013, p. 187), constituído por seu ímpeto imperialista sobre povos coloniais ou/e racializados, foi confrontado desde as suas origens por estes mesmos “povos sem história” que negaram esse “código” da escrita da história por meio de “contra-histórias”. Estas contra-histórias assumiram diversas formas desde escritos anti-coloniais no contexto afro-asiático, discursos de valorização étnica dos povos afrodiaspóricos e africanos (como é o caso do pan-africanismo, negritude e o movimento “Harlem Renaissance”, pra ficarmos estritos nesses exemplos¹³) e, nomeadamente, na formatação de uma literatura que narra (em um âmbito ficcional) a historicidade desse “outro” por excelência do historicismo (o negro) por meio de um discurso à contrapelo.

Na América Latina/Caribe o pensamento afrodiaspórico ou/e terceiro-mundista (na forma do ensaio, romance, etc.) construiu toda uma noção de tempo que se opôs sistematicamente a esta cronologia esquemática da modernidade. Para Édouard Glissant a compreensão da temporalidade na Caribe/América Latina deve ter como eixo uma “dolorosa noção de tempo” ao qual a “cronologia esquemática” (da História com H maiúsculo) ou o “lamento nostálgico” (de certos essencialismos identitários) não dão conta de preencher (GLISSANT, 2010, p. 125). O

¹³ Para uma análise desses movimentos afrodiaspóricos e africanos de contestação do racismo do discurso moderno europeu, ver: DEVÉS, VALDÉS (2008); MURYATAN (2012; 2020); HERNANDEZ (2014). Sobre o pan-africanismo ver também o capítulo 4 deste livro MATTOS (2021).

desenraizamento brutal oriundo do tráfico de escravos e das contínuas violências e rupturas que se seguiram em nossa historicidade são um impedimento para que a consciência histórica se assente nos moldes de uma “filosofia da história totalitária” segundo o molde eurocêntrico, mas antes associada as “descontinuidades no continuum” (GLISSANT, 2010, p. 126). Glissant, em paralelo ao referido Seth Sanjay e Dipesh Chakrabarty, atribui a História com H maiúsculo uma “fantasia altamente funcional do ocidente”, sendo confrontada exatamente quando estes mesmos povos enquadrados começaram a não aceitar mais essa concepção linear e cronológica do tempo (GLISSANT, 2010, p. 126).

A experiência afrodiáspórica, caribenha/latino-americana e dos “condenados da terra”, que foram enquadrados pelas políticas do tempo do historicismo como “outros”, são exemplos de uma possibilidade transversal de implodir o continuum do tempo “linear” e “homogêneo” (que refere-se Walter Benjamin em suas teses), seguindo o caminho de uma relação transcultural, ou como prefere Glissant, de uma *filosofia da relação* (GLISSANT, 2005) como crítica à verdade absoluta do ser e do Homem (com H maiúsculo) que é a origem do autocentramento e do ego moderno.

Os debates mais contemporâneos sobre a formatação de “histórias indisciplinadas” (AVILA, 2018; 2019) e do chamado “giro ético-político” (ARAUJO; RANGEL, 2015; RANGEL, 2019) têm levado os historiadores à pensarem gradativamente na importância da “diferença” enquanto elemento constitutivo para a reescrita da história que de fato rompa com o tempo “vazio e homogêneo” (BENJAMIN, 1987) da história disciplinada e a “indiscipline” por meio de uma radical pluralidade de tempos e abordagens. Entretanto, a produção de coletâneas, eventos e produtos culturais associadas à estas reflexões ainda estabelecem esta noção de “diferença” em um nível muito abstrato, não discutindo explicitamente o papel da racialidade nesta reescrita do cânone e nem mesmo incorporam ainda em

sua totalidade um debate mais profundo sobre a *geopolítica do conhecimento* oriunda de tradições latino-americanas ou/e afrodiaspóricas ou de campos do conhecimento como as teorias feministas¹⁴ e queer.

Superar o descompasso entre uma disciplina nascida no XIX firmemente atrelada a sua temporalidade e as mudanças do fim do século XX e início do XXI (AVILA, 2019, p. 18) têm sido objeto de uma grande miríade de debates no campo historiográfico, sendo o fetiche por um realismo á maneira positivista somente um dos elementos deste debate¹⁵. O campo historiográfico, e, nomeadamente, seus subcampos metateóricos (a teoria da história e a história da historiografia), ganharia muito ao incorporar o debate sobre a produção do conhecimento alicerçada aos “corpos geopolíticas” oriunda da tradição decolonial, da filosofia latino americana/caribenha ou/e pensamento afrodiaspórico (principalmente em Quijano, Dussel, Lugano, Wynter, Glissant e outros). Importante dizer também que a crescente importância dessas questões na escrita da história não se dá por um movimento unilinear da universidade para a sociedade, mas em grande medida acontece o contrário: são os movimentos sociais (principalmente o movimento negro) que têm trazido problemáticas que eram

¹⁴ Para não ser injusto é importante mencionar os esforços recentes de Maria da Glória de Oliveira nesse sentido, ver: OLIVEIRA (2018). Allan Kardec Pereira (2021), têm feito também um esforço importante de compreender a história indisciplinada em uma historicidade de mais longa duração e por meio de uma chave afrodiaspórica e afropessimista que passa por autoras como Hortense Spillers e Saidiya Hartman (2021). Ver também o capítulo I deste livro dedicado ao afropessimismo (2021).

¹⁵ AVILA (2019) menciona também alguns outros fatores fundamentais da crítica ao cânone e sua disciplinarização: “(...) é fundamental também colocarmos o cânone da disciplina sob escrutínio. Antes de pensar a história da historiografia como uma série de “escolas” ou “revoluções”, cristalizando determinados momentos em detrimento de outros, em que o conhecimento histórico foi se expandindo constante e teleologicamente em direção a estágios verdadeiramente científicos, deveríamos, como questão pedagógica fundamental, questionar os meios pelos quais tais cânones foram constituídos, seus efeitos políticos e as concepções de história que ensejam. Em outras palavras, o que está dentro e o que está fora do cânone? Quais são os autores e autoras privilegiadas e quais posições teóricas são normatizadas como “histórias de verdade”? Quais as críticas possibilitam e quais impedem? Quais exclusões são explícitas e quais são implícitas? Quais tradições reafirmam e quais ocultam? Quais lugares são naturalizados? E, por fim, quais práticas daí derivam? Ainda que pareçam óbvias, estas indagações podem desestabilizar as operações disciplinares de canonização, que tentam ocultar suas origens no chão mundano das disputas políticas inerentes à disciplina (sua historicidade) para se apresentarem como sendo o resultado “natural” do seu desenvolvimento interno” (AVILA, 2019, p. 27-28).

até então dificilmente consideradas como relevantes no interior dos espaços intelectuais, acadêmicos e institucionais como um todo.

Uma ética da historicidade – voltada para uma radical pluralidade do tempo e confrontadora das imagens hegemônicas produzidas pela história disciplinar – têm em conta que uma abordagem à fundo na “diferença” não é meramente produto e uma “concessão” benevolente de uma certa intelectualidade, predominantemente branca e da elite, que só muito recentemente se volta para estes temas, posto que historicamente quem têm feito uma “história à contrapelo” e confrontado o “cortejo triunfal” daqueles que “não tem cessado de vencer” são mesmo aqueles que foram e são sistematicamente derrotados e através de uma leitura crítica desta derrota são capazes de despertar a “centelha da esperança” que irrompe o tempo “vazio e homogêneo” da história disciplinar.

3. Cânones literários destituídos e a emergência de “sensibilidades descolonizadas”

O pensamento literário tem sido constituído pelas ideias de tradição e universalidade, ambas sustentando, historicamente, a constituição dos cânones. No caso das literaturas que pertencem às nações marcadas pela colonialidade, como é o caso da brasileira, tal constituição responde à dinâmicas que apontam para a uma política ostensiva de silenciamento – marca predominante de nossas letras. Há muito tempo tem-se falado que os elementos que formalizam os cânones são de fato externos ao literário (JARA e TALENS, 1987), apontando para aspectos de origem política e social e a conceitos que buscam preservar hierarquias de ordem questionável, como, para ficar inicialmente com apenas um exemplo, a ideia de centro se sobrepondo à ideia de margem.

Compondo os exercícios radicais de descolonização epistêmica, a contemporaneidade tem assumido a possibilidade de pensar por outras vias,

destituindo a inevitabilidade do cânone a partir de reflexões sobre a estatuto filosófico do autor; sobre a ideia de valor estético como algo previamente definido e estanque; sobre a noção de pluriversalidade (RAMOSE, 2011) em contraponto ao restritivo universal, que sempre mimetizou particularidades no campo do *poder falar*. A pergunta de Foucault, “o que é um autor?” hoje solicita outros caminhos, dos quais emergem novas perguntas – talvez até mais difíceis – as quais não se pode mais ignorar.

A crítica literária contemporânea não se pode mais furtar de espelhos transdisciplinares e transdiscursivos, bem como a ideia de autor começa a ser desnaturalizada como matriz enunciativa única de homens, brancos, heterossexuais, urbanos, socialmente bem posicionados. Disso decorre outras significações sobre o “pacto de referencialidade implícita”, rompendo o acordo tácito que tem tornado natural *imaginar* o autor sob os pressupostos coloniais que regem sua configuração.

O pensamento afrodiásporico emana “sensibilidades descolonizadas” (HALL, 2006, p. 318) forjadas para além dos cânones e com ele rompendo. Outros cânones são possíveis? Ou a lógica de canonizar é, em si, delimitadora? Perguntas como estas têm sido erigidas como resultado de um tempo que provoca os lugares comuns e as certezas tradicionais. Mas, para além das respostas, o cânone não é mais um lugar insuspeito e incontornável, posto que o silenciamento constitutivo que o define tem sido confrontado com presenças que modificam a cena basilar da homogeneidade.

Uma *literatura pluriversal*, na qual a ideia de valor estético não pressupõe, *a priori*, hierarquia entre negros e brancos, mulheres e homens, centro e periferia, entre outras declinações, opera descentramentos no cânone e nos seus pilares constitutivos, possibilitando novos arranjos críticos. Esses arranjos, contudo, ultrapassam aquilo que seria o campo

específico da literatura, pois não apenas apontam para outro exercício de imaginação histórica, dado que as temporalidades imbrincadas com o silenciamento sistêmico agora se abrem à emergência do *afropresentismo* e do *afrofuturismo*; como também provocam dissidências na representação de engrenagens em interação na sociedade, ofertando às ciências sociais materiais mais complexos de análise. Além disso, a inscrição da autoria negra na literatura altera primordialmente o estatuto filosófico do autor, pois, entre outras camadas de observação, complexifica as noções de primeira pessoa do singular e de terceira pessoa do plural, dado que a noção de “eu” é constantemente atravessada por um “nós”, que não o dilui, ao contrário, o perscruta criticamente, visto que solicita muitas vezes não apenas a matriz da ancestralidade, mas também a dimensão da experiência histórica coletiva. As concepções de indivíduo e de sujeito, portanto, passam a ser confrontadas sob novas bases filosóficas.

Cânones também imputam nas literaturas outra concepção deveras questionável, e que encontra no momento presente uma visível potência de dissolução: a ideia de valor estético como elemento imutável. Historicamente a perspectiva da existência de “altas literaturas” em detrimento de “literaturas menores” tem organizado as obras consideradas “universais” a partir de caracteres valorativos que parecem emergir da própria natureza, ocultando que todo valor estético é definido em um campo de poder que invariavelmente corresponde à interação entre a série literária e a série social. A ideia fechada de valor estético manteve por muito tempo a produção literária de autores negros, periféricos, mulheres e africanos à margem do próprio estatuto de literatura, exigindo de escritas muito diversas correspondências com o mesmo Narciso de sempre. Estes aspectos, contudo, estão desde muito tempo em franco debate, revelando de forma

mais contumaz os contornos políticos que se embrenham nas escolhas estéticas, pois mesmo a estética pode ser examinada à luz de contextos de disputa por sentidos.

O tempo presente é um tempo de revide, e possui suas próprias complexidades. Acima de tudo, é um tempo em que as vozes no mundo público de circulação de textos têm se tornado mais diversas e menos transparentes. A luta contra o apagamento sistêmico em torno da voz e pensamento negro, afrodiásporico e contracolonial está produzindo, neste momento, um futuro mais aberto e menos europerspectivado. Neste livro buscamos nos juntar a este coro, desejando contribuir para a expansão do debate e para ampliar as clareiras no pensamento crítico.

Os textos aqui publicados correspondem, em diferentes abordagens e perspectivas, aos pressupostos acima esboçados. Na primeira parte do livro, com ênfase no debate historiográfico, existem dois eixos fundamentais. De um lado temos textos preocupados com a reflexão epistemológica oriunda de intelectuais, grupos e movimentos negros. O outro eixo tem como principal elaboração a reconstrução de trajetórias intelectuais e projetos institucionais de agentes negros.

No texto que abre a I parte do livro “A condição sem análogo da anti-negridade: uma introdução ao Afro-pessimismo”, de Allan K. Pereira, temos uma análise sistemática dos significados e temas da corrente intelectual afrodiaspórica afro-pessimista, trazendo um levantamento bibliográfico preliminar e introdutório bastante inédito em língua portuguesa. Em seguida no texto de Gabriel Gonzaga “Diáspora, imaginação histórica e temporalidade: reflexões sobre a obra de Paul Gilroy”, há um esforço por conectar os debates de Gilroy com temáticas próprias do

campo da teoria da história, esboçando as suas diversas contribuições para pensar não só a diáspora, mas uma noção de temporalidade. Luis Thiago Freire Dantas em “O avesso do mesmo lugar”: O colonialismo como platonismo para o outro” analisa o samba-enredo “História para ninar gente”, da Estação Primeiro da Mangueira de 2019, por meio de sua leitura crítica ao colonialismo de um ponto de vista afrodiaspórico, revivendo os argumentos quilombistas que estão subjacentes à esta narrativa. Em “Exu e a Diáspora Negra: Intelectualidade e a epistemologia das encruzilhadas” Pablo de Oliveira Mattos esboça a importância da noção de Diáspora Negra (tanto como perspectiva e experiência) enquanto instrumento analítico, dando ênfase particular a trajetória de George Padmore como exemplar dos trânsitos diaspóricos, marcados pela polifonia, diferença e ambivalência. Fernando de Sousa Baldraia encerra esse primeiro eixo da primeira parte, voltada para as epistemologias negras, com o texto “A longué durée de Braudel ou a “luz branca unitária da História”, elaborando uma análise crítica a leitura braudeliiana do tempo por meio da perspectiva afrodiaspórica dos estudos raciais.

Um segundo eixo da primeira parte deste livro constitui-se de análises sobre trajetórias e projetos intelectuais de indivíduos ou coletividades. Em “Raça História e projeto modernizador em São Paulo: a história negra como repertório de luta antirracista nas décadas de 1920 e 30” João Paulo Lopes explora como por meio de uma indiciosa operação, nos anos 20 e 30 do século XX, o negro foi excluído da identidade paulista, explorando como esse processo foi confrontado na imprensa, associativismo e ativismo negro, reivindicando o seu protagonismo por meio de uma verdadeira disputa pelo passado histórico. Elaine Ventura em “Édison Carneiro e as religiões de matrizes africanas no Brasil: uma história de mestiçagem (1930 a 1961)”, explora a trajetória intelectual de Édison Carneiro, dando ênfase as respostas deste intelectual baiano aos debates sobre

mestiçagem nos anos 1930-60. No texto a seguir “Lélia Gonzalez: contribuições para compreensão de representações racializadas na sociedade brasileira”, Luciano Magela Roza e Isis Silva Roza estudam as contribuições teóricas e epistemológicas da intelectual carioca Lélia Gonzalez para o estudo do “racial”, dando ênfase na sua contribuição para o estudo das mulheres negras. Camille Johann Scholl em “Léopold Senghor: Projetos Políticos, visões sobre a história” perscruta através da obra “Um caminho do socialismo” as diferentes articulações da narrativa da história com a construção da nação no contexto da África negra, por meio de uma chave humanista. O texto “O caminho dos ancestrais” de Nuno Gonçalves: reflexões decolonizantes para a história”, de Lucas Santos Café e Thiago Alberto Alves dos Santos, que encerra a primeira parte do livro e estabelece uma ponte entre literatura e história, há uma análise da produção do poeta cearense e historiador Nuno Gonçalves, analisando-a como uma leitura à contrapelo da história hegemônica.

Na segunda parte do livro a discussão se organiza em torno da literatura. Em um primeiro momento, os artigos estão centralizados na análise de literatas negras brasileiras, africanas e afroamericanas; em um segundo momento, os textos apontam para leituras mais amplas e sistêmicas acerca dos mecanismos e processos de escrita, referenciando um horizonte muito rico de questões. Seguindo essa ligeira divisão, o texto 11, “O que cabe na palavra solidão?”, de Bruna Louize Miranda Bezerra Cassiano, adentra o universo subjetivo e sensível de Carolina Maria de Jesus, abordando a solidão como experiência transversal em sua vida. Depois, em “Cidadã de segunda classe: a experiência diaspórica no romance de Buchi Emecheta”, Livia Verena Cunha do Rosário, discute a maneira pela qual o conceito de “cidadã de segunda classe” influencia a experiência diaspórica da personagem Adah, no romance da autora nigeriana. Na sequência, em “Maternidades negras: aspectos de ruptura e estratégias de sobrevivência

nas escrituras de Maya Angelou e Conceição Evaristo”, Josinéia Chaves Moreira adentra o tema das maternidades analisando as ressignificações da representação de maternidades negras a partir dos operadores teóricos de escrituração e interseccionalidade. Em “Nas águas do rio: o devir de Ponciá Vicêncio”, Roberta de Araújo Lantyer Duarte pensa a “diáspora íntima” (ONAWALE, 2011) da personagem Ponciá Vicêncio, desde a sensação de “vazio”, que é pura dor, quando a personagem se sente “nada”, passando pelo estado de “banzo” (NUNES, 2018), até o que ela chama de devir-rio.

Abrimos o segundo eixo literário com o texto de Jucimar Cerqueira dos Santos, “O analfabetismo entre os censos e a literatura, entre o império e a república”, cujo objetivo é discutir a relação entre as movimentações de combate o alto índice de analfabetismo brasileiro, apontado nos censos de 1872, 1890 e 1920, e a repercussão que teve em obras literárias que analisaram especificamente, ou abordaram em alguma medida, essa temática. Em “Intelectuais negras diaspóricas: vozes de assentamento e ancestralidade negro-africana”, Cristian Souza de Sales, mergulha numa discussão acerca da práxis de intelectuais negras diaspóricas assentada na ancestralidade negro-africana. A partir de aspectos da produção poética de Lívia Natália e Paula Melissa (Mel Adún), evidencia que os versos assentados na ancestralidade negro-africana in(corpo)ram elementos simbólicos, os quais reverenciam a deusa das águas doces, a orixá feminina Osun. Na sequência, Mirian Cristina dos Santos apresenta o texto “Intelectuais negras: corpus/corpo em movimento”, no qual considero um *corpus* em trânsito dentro de um processo de duplo movimento, ponderando tanto a necessidade de a teoria literária abranger novas produções, quanto a premente conquista de novos espaços pelas escritoras negras, a partir de um processo longo e contínuo de aquilombamentos. Já Adélia Mathias, no artigo “Escritoras afro-brasileiras e a produção contista contemporânea”,

apresenta um panorama das autoras negras brasileiras que escrevem contos, atualizando o debate a partir da forma. Em “Colonialidade e feminismo: a personagem feminina na colonialidade do poder e do saber”, Maria Aparecida Cruz de Oliveira aborda a obra das autoras Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo analisando personagens femininas que, ao problematizar a colonialidade de gênero e pensar um feminismo negro coerente, refletem acerca das disputas de discursos e narrativas no contexto brasileiro. Por fim, Laila Correa e Silva fecha o livro com o artigo “Escravidão e abolicionismo na literatura de autoria feminina no século XIX brasileiro”, traçando um breve panorama no qual aborda as principais obras de autoria feminina no Brasil dedicadas ao tema da escravidão, salientando a aproximação da autoria feminina com o abolicionismo.

*

Agradecemos a contribuição de todos para a constituição deste livro, que certamente será de grande valia não só para os estudiosos no campo dos estudos afrodiaspóricos, raciais e decoloniais, mas também para o campo historiográfico e literários (e suas intersecções) aos quais problematizamos ao longo desta apresentação e seleta de textos. Desejamos uma boa leitura e esperamos que este seja o primeiro de muitos outros livros do selo *edições RTH* ao qual este livro inaugura.

Boa leitura!

Referências

ARAUJO, Valdeí Lopes; Rangel, Marcelo de Mello. **Apresentação** - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 318-322.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes; SOUSA, F. S. B.; OLIVEIRA, F. A.; PEREIRA, A. K.; GENEROSO, L. M. A. (Orgs.). **Dossiê: intelectualidades negras e a escrita da história. Revista de Teoria da História**, v. 22, 2019, p. 5-17.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes. Uma analítica goesa da colonialidade no ensaio *The denationalisation of goans (1944)* de Tristão Bragança Cunha. In: BENTO, Luiz Carlos (Org.). **Desafio e possibilidades da Teoria da História no século XX**. Vitória: Milfontes, 2020, p. 303-330.

AVILA, Arthur Lima. **“Povoando o presente de fantasmas”**: Feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. **Expedições: Teoria & Historiografia**, v. 7, n. 2, agosto-dezembro, 2016, p. 189-209.

AVILA, Arthur Lima. **(In)disciplinando a historiografia**: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, jan./jun. 2018, p. 35-49.

AVILA, Arthur Lima. O que significa indisciplinar a história?. In: AVILA, Arthur Lima; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 16-41.

BARBOSA, Ana Carolina. **Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na teoria da História**. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr/jun. 2018, p. 88-114.

BARBOSA, Muryatan S. **Pan-africanismo e teoria social**: uma herança crítica. *África*, São Paulo, v. 31-32, 2011/2012.

BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana**: um apanhado consistente sobre a produção de intelectuais negros ao longo do século XX. São Paulo: Todavia, 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História (1940). In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BERNARDINO-COSTA, Jorge; GROSGOUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Jorge. **Caliban e o Atlântico Negro**: conexão entre intelectuais negros do Brasil e Caribe. **Contemporânea**, v. 7, n.2, 2017, p. 465-482.

BERNARDINO-COSTA, Jorge. **Decolonialidade, Atlântico negro e intelectuais brasileiros**: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, 2018, p. 119-137

BERNARDINO-COSTA, Jorge; GROSGOUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **As dimensões do historicismo**: um estudo dos casos alemães. **OPIS**, v. 7, n. 9, jul-dez, 2007, p. 47-66.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa**. Barcelona: Tusquets Editores, 2008.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Africano Sul-Saariano. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema)**. Brasil, São Paulo, Clacso - EDUCAM, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. **Historicismo**: antigas e novas questões. **História Revista**, 7 (1/2): jan./dez., 2002, p. 23-54.

FONTANA, Josep. **Europa ante al espejo**. Barcelona: Crítica, 1994.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

- GLISSANT, Édouard. **El discurso antillano**. Habana: Casa de las Américas, 2010.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92, 93 (jan./jun.), 1988, p. 69-82.
- GROSGOUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Jorge. **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, janeiro/abril, 2016, p. 15-24.
- GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, 2016, p. 25-49.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A itinerância das ideias e o pensamento social africano**. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, 2014 (somente pgs. 195-206).
- IGGERS, Georg G.. **Historicism: The History and meaning of the term**. *Journal of The History of Ideas*, v. 56, n. 1 (Jan.), 1995, p. 129-152.
- JARA, René, TALENS, Jenaro. “Comparatismo y semiótica de la cultura: función de la críticas y recanonización”. *Eutopias: teorías/historia/discurso*. 2- 3 (3), 1987: 05-17
- KOSELLECK, Reinhard. **Estratos do tempo: Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2014.
- MACEDO, José Rivair. **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras expressões, 2016.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **Historicismo: Tese, Legado, Fragilidade**. *História Revista*, 7 (1/2): jan./dez., 2002, 1-22.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 337-382.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. “Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada”. Tese de doutorado, **Universidade de São Paulo**, 2019.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. **Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, 2017, p. 161-186.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. **Estudos Avançados** 19 (55), 2005, p. 9-31

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia**. **História da Historiografia**, v.11, n. 28, 2018, p. 104-140.

PADILLA, Guillermo Zermeño. **História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850**. **Almanack Braziliense**, n. 7, 2008, p. 5-25.

PEREIRA, Allan Kardec. **Escritas insubmissas: indo disciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman**, 2021. Artigo no prelo.

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. Tradução Dirce Eleonora Nigro Solis, Rafael Medina Lopes, Roberta Ribeiro Cassiano. **Ensaio Filosóficos**, v.4, pp. 06-25, 2011.

RANGEL, Marcelo. **A urgência do ético: O Giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia**. **Ponta de Lança**, São Cristovão, v. 13, n. 25, jul.-dez., 2019, p. 26-46.

TRAPP, Rafael Petry. **História, raça e sociedade**: Notas sobre descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, 2019, p. 52-78.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: o poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

SETH, Sanjay. **Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?**. **História da Historiografia**, Ouro Preto. Número 11. abr. 2013. 173-189.

VARELLA, Flávia et al. (orgs.). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008

WYNTER, Silvia. **Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom**: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation—An Argument. **CR: The New Centennial Review**, v. 3, n. 3, 2003, p. 257-337.